ITEM DE PAUTA	3.4
INTERESSADO	CAU/MG
ASSUNTO	Minuta de Edital de Patrocínio na modalidade Patrimônio Cultural (ref. Protocolo Siccau n. 1391892/2021)

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CAU/MG
DCOA-CAU/MG Nº 226.3.4/2022

A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CAU/MG – COA-CAU/MG, em reunião ordinária, no dia 18 de janeiro de 2022, por videoconferência, no exercício das competências e prerrogativas que trata o art. 97 do Regimento Interno aprovado pela Deliberação Plenária nº 0085.6.5/2018, do CAU/MG e homologado pela Deliberação Plenária nº DPABR Nº 0087-11/2019, do CAU/BR, e a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e:

Considerando a deliberação plenária do CAU/MG DPOMG Nº 0119.7.2/2021, de 19 de outubro de 2021, que aprovou a realização de reunião extraordinária da COA-CAU/MG, em 12 de novembro de 2021.

Considerando inciso XI, do art. 92, do Regimento Interno do CAU/MG, que dispõe como competência comum às Comissões Ordinárias e Especiais do CAU/MG "apreciar, cumprir e fazer cumprir a execução das metas previstas nos planos de ação e orçamento, e acompanhar os resultados alcançados no plano de trabalho das comissões".

Considerando o Plano de ação do CAU/MG para o triênio 2021-2023 instituído mediante deliberação plenária DPEMG Nº 001.7.1/2021, de 1º de junho de 2021, e sua primeira revisão aprovada, por intermédio da deliberação plenária DPOMG Nº 0119.7.4/2021, de 19 de outubro de 2021, que prevê a abertura de edital de chamada pública de patrocínio na modalidade de Patrimônio Cultural, a partir de diretrizes a serem elaboradas pela CPC-CAU/MG.

Considerando a deliberação plenária DPOMG Nº 0117.7.4/2021, de 17 de agosto de 2021, que aprovou a Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento 2021 do CAU/MG, homologada pelo CAU Brasil mediante Resolução n° 209, de 23 de setembro de 2021, na qual se prevê a abertura de edital de chamada pública de patrocínio na modalidade de Patrimônio Cultural, no valor estimado de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a partir de diretrizes a serem elaboradas pela CPC-CAU/MG.

Considerando a deliberação da Comissão de Patrimônio Cultural – CPC-CAU/MG, DCPC/MG nº 19/2021 (27-6.1.2021), de 30 de agosto de 2021, na qual se deliberou, entre outros, as diretrizes do edital de patrocínio na modalidade Patrimônio Cultural, com valor máximo de patrocínio de R$100.000,00 (cem mil reais).

Considerando a deliberação do Conselho diretor do CAU/MG DCD-CAU/MG Nº 153.3.2/2021, de 21 de setembro de 2021, que aprovou as diretrizes do edital de patrocínio na modalidade Patrimônio Cultural, incluindo a recomendação presente na Ata de Reunião da Comissão de Seleção e Classificação das Propostas Referência: Edital N.º 005/2020 – Chamamento Público para Patrocínio - Modalidade Patrimônio Cultural:

> Em tempo, em consideração adicional esta Comissão apontou que para aprimoramento do edital nas próximas edições sugere-se que deva ser deixado claro o desafio proposto e a necessidade de apresentação de peças gráficas exemplificativas e a atuação dos projetos perante as redes sociais. Assim como pode ser interessante envolver profissionais da área de desenvolvimento de software/produtos digitais, para alinhar o escopo/o que será proposto para que se esteja mais alinhado com os propósitos de uma pedagogia de valorização e defesa do patrimônio cultural.

Considerando a deliberação plenária do CAU/MG DPOMG Nº 0118.7.2/2021, de 21 de setembro de 2021, que aprovou as diretrizes do edital de patrocínio na modalidade Patrimônio Cultural e solicitou encaminhar para a COA-CAU/MG para as devidas providências.

Considerando a Ata da 1ª reunião da Comissão Temporária para a análise, seleção e classificação das propostas habilitadas da Chamada Pública para Patrocínio nº 001/2021 na modalidade Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) do CAU/MG, de 14 de setembro de 2021, na qual se registrou sugestões para melhoria do desenvolvimento de Editais, quais sejam:

> a) unificar o documento proposta com o plano de trabalho, b) melhorar a tabela de gastos (fazer o arquivo em excel com os campos certos para preenchimentos com os cálculos prontos, c) colocar limite de caracteres para as respostas d) separar a nota da contrapartida do projeto da nota da contrapartida institucional; e) acrescentar nota para coerência financeira da proposta; f) indicar prazo de início e final da execução das ações; g) indicar dia de prestação de contas e, h) criar modelo de cronograma em excel com datas das execuções em semanas.

Considerando a Resolução CAU/BR N° 94, de 7 de novembro de 2014, que "regulamenta a concessão de apoio institucional pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), caracteriza as suas modalidades e dá outras providências".

Considerando como referência o Edital de Chamamento Público para Patrocínio nº 001/2021 na modalidade ATHIS – "Casa saudável – Moradia Digna" e seus anexos, de 12 de julho de 2021, disponível na subseção Chamadas Públicas da seção Licitações do Portal da Transparência do CAU/MG.

Considerando a deliberação de comissão DCOA-CAU/MG Nº 222.3.2/2021, de 20 de outubro de 2021, que solicitou à CPC-CAU/MG esclarecimentos para o boa formatação e encaminhamento da minuta de Edital de Patrocínio na modalidade Patrimônio Cultural.

Considerando a participação, na 224ª reunião ordinária da COA-CAU/MG, de 24 de novembro de 2021, do conselheiro estadual titular Sergio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres, coordenador da CPC-CAU/MG, que por meio de videoconferência tirou dúvidas sobre o pedido de esclarecimentos manifestado pela COA-CAU/MG.

Considerando a deliberação de comissão DCPC/MG nº 30.3.1/2021, de 7 de dezembro de 2021, que encaminhou respostas aos questionamentos da COA-CAU/MG sobre o edital Chamamento Público de Patrocínio n° 002/2021 do CAU/MG e seus anexos, na modalidade Patrimônio Cultural.

Considerando o centro de custo 4.03.02.001 vinculado ao objetivo estratégico do CAU de "Estimular conhecimento, o uso de processos criativos e difusão das melhores práticas em Arquitetura" e destinado a Projeto- Edital de Patrocínio modalidade Patrimônio Cultural.

DELIBERA:

1. Dar ciência à Presidência do CAU/MG, da minuta de Chamamento Público de Patrocínio n° 002/2021 do CAU/MG e seus anexos, na modalidade Patrimônio Cultural;
2. Solicitar à Presidência que providencie junto aos setores competentes avaliar a viabilidade do valor do patrocínio de R$ 100.000,00 e o tempo de execução do projeto em 24 meses, conforme diretrizes, visto que deste decorre a razão de R$ 4.166,00/mês para o desenvolvimento, operação, manutenção e funcionamento do aplicativo;
3. Solicitar à Presidência do CAU/MG que sejam tomadas outras providências cabíveis para a devida abertura do edital em tela;

X
X
X
X
X
X
X
X
X
X

Folha de Votação DCOA-CAU/MG n° 226.3.4/2022

Conselheiros Estaduais			Votação			
			Sim (a favor)	Não (contra)	Abstenção	Ausência na votação
1	Elaine Saraiva Calderari	TITULAR	x			
2	Maria Carolina Nassif de Paula	TITULAR	x			
3	Carlos Eduardo Rodrigues Duarte	TITULAR	x			
4	Sergio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres	TITULAR				x

Elaine Saraiva Calderari _____
Coordenadora da COA-CAU/MG

Maria Carolina Nassif de Paula _____
Coordenadora-adjunta da COA-CAU/MG

Carlos Eduardo Rodrigues Duarte _____
Membro da COA-CAU/MG

Sergio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres _____
Membro da COA-CAU/MG

Considerando a Portaria Normativa nº 01/2021 do CAU/MG e, ainda, a necessidade de ações cautelosas em defesa da saúde dos membros do Plenário, convidados e colaboradores do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG, e a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações acima prestadas, tendo sido aprovado o presente documento em reunião gravada e com a anuência dos membros da Comissão de Organização e Administração do CAU/MG.

MARCUS CESAR MARTINS DA CRUZ:08187689757

Reason: I attest to the accuracy and integrity of this document
Date: 2022.01.18 13:21:43-03'00'
Foxit PDF Reader Version: 11.1.0

Marcus Cesar Martins da Cruz
Assessoria COA-CAU/MG

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO N.º 001/2022
MODALIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL

(Anexo - DCOA-CAU/MG n° 226.3.4/2022)

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG) torna público o presente Edital de Chamamento Público, que visa a convocação de pessoas jurídicas de direito público e privado e microempreendedores individuais (MEI), para que apresentem proposta de um aplicativo em meio eletrônico gamificado que seja interativo, atraente, divertido e que aborde o patrimônio cultural de Minas Gerais enquanto identidade e cenário, a ser selecionado para receber PATROCÍNIO do CAU/MG, conforme as disposições da Lei n.º 11.888/08, da Lei n.º 13.019/14, da Resolução CAU/BR n.º 94, de 7 de novembro de 2014, e do Plano de Ação e Reprogramação Orçamentária 2021 do CAU/MG aprovados mediante deliberação plenária do CAU/BR DPOBR Nº 0116-01/2021, de 23 de setembro de 2021.

CRONOGRAMA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL	XX/XX/2022
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS	Até 30 dias contados da publicação do Edital.
TERMO FINAL DO PRAZO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL	XX/XX/2022, até às 23h591.
TERMO FINAL DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	XX/XX/2022, até às 23h59[2].
PRAZO PARA RECURSO DO JULGAMENTO DAHABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS	05 (cinco) dias após a divulgação da decisão.
PRAZO PARA CONTRARRAZÕES	05 (cinco) dias contados da intimação.

I. DA ENTREGA E ENVIO DOS DOCUMENTOS

1.1. Os proponentes deverão enviar suas propostas exclusivamente por meio eletrônico, a serem endereçadas para o e-mail patrocinio@caumg.gov.br, até o dia **XX de XXXX de 2022, até às 23:59** contendo a documentação descrita nos itens 13.1.1 e 13.1.2, no tipo *Portable Document Format* (PDF).

II. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

2.1. A análise dos documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal será realizada pelo Grupo de Trabalho instituído para tal finalidade. Os documentos relativos às propostas e planos de trabalho das proponentes serão analisados pela Comissão de Seleção das Propostas.

III. DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

3.1. Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no Portal da Transparência do CAU/MG (www.caumg.gov.br), acessando o Menu Transparência, submenu Patrocínios.

IV. DO OBJETO

4.1. O presente Edital de Chamamento Público tem como objetivo a convocação de pessoas jurídicas de direito público, pessoas jurídicas de direito privado e microempreendedores individuais (MEI), sendo obrigatório que em suas respectivas equipes conste pelo menos um(a) arquiteto(a) e urbanista, para que apresentem um projeto de um aplicativo em meio eletrônico gamificado, cujo objetivo principal seja o de garantir o aprendizado e a formação da sociedade na sua relação com o patrimônio cultural de Minas Gerais, com acesso gratuito, e estruturado de forma interativa, atraente, divertida ao abordar o patrimônio cultural mineiro enquanto identidade e cenário, com funcionamento de acordo com cronograma físico, a ser selecionada para receber **PATROCÍNIO** do CAU/MG.

V. DA JUSTIFICATIVA

5.1. Para cumprir sua Missão Institucional de promover a Arquitetura e Urbanismo para todos, o CAU/MG distribui suas ações dentro de um Mapa Estratégico composto por diversos Objetivos Estratégicos. A concessão de Patrocínio pelo CAU/MG enquadra-se dentro dos objetivos estratégicos “Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e

a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo", da perspectiva "Excelência Organizacional". Dentro do Plano de Ação e Programação Orçamentária de 2022, foi prevista a destinação de recurso financeiro para patrocínios de ações relevantes para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo na modalidade PATRIMÔNIO CULTURAL no Estado de Minas Gerais.

5.2. O patrocínio será direcionado à(s) proponente(s) habilitada(s) e classificada(s), para que se desenvolva projeto de um aplicativo em meio eletrônico gamificado, cujo objetivo principal seja o de garantir o aprendizado e a formação da sociedade na sua relação com o patrimônio cultural de Minas Gerais, com acesso gratuito, e estruturado de forma interativa, atraente, divertida ao abordar o patrimônio cultural mineiro enquanto identidade e cenário, com funcionamento de acordo com cronograma físico. Assim, verifica-se o efetivo cumprimento do objetivo institucional de estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo.

5.3. Justifica-se pelo avanço tecnológico e a expressão arquitetônica e urbanística desenvolvida diante da evolução tecnológica na contemporaneidade e o aumento significativo de tecnologias e mídias digitais para garantir a transferência de conhecimentos e contribuir para o acesso a informação, as vivências, as experimentações e a valorização do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, por meio da arquitetura e urbanismo.

VI. DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO

6.1. Poderão participar deste chamamento público as pessoas jurídicas de direito privado que possuam em seu estatuto ou contrato social atividade compatível com o objeto do patrocínio solicitado, bem como as pessoas jurídicas de direito público e privado, Microempreendedores Individuais (MEI), sendo obrigatório que em suas respectivas equipes conste pelo menos um(a) arquiteto(a) e urbanista.

6.1.1. Embora facultativo, é recomendável o envolvimento de profissionais da área de desenvolvimento de software/produtos digitais, para alinhar o escopo que será proposto para que se esteja mais alinhado com os propósitos de uma pedagogia de valorização e defesa do patrimônio cultural.

6.2. Cada proponente poderá enviar mais de uma proposta. A quantidade de projetos a patrocinar dependerá do número de projetos classificados, da ordem de classificação e do valor estipulado por cada proponente para executar o projeto no período de vigência deste edital.

6.3. Não poderão participar deste Chamamento Público a proponente que:

I. Seja pessoa física, exceto se for MEI que esteja contando com a consultoria de pelo menos um(a) arquiteto(a) e urbanista relacionado ao patrimônio cultural;

II. Esteja omissa no dever de prestar contas de patrocínio anteriormente celebrado com o CAU/MG ou teve prestação de contas recusada, reprovada ou inconclusa;

III. Esteja inadimplente perante o CAU/MG. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) sanções previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei nº 13.019/2014.

IV. Tenha entre seus membros dirigentes pessoa:

a) Empregado ou conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG) e de outras Unidades Federativas (CAU/UF), estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

VII. DOS VALORES A SEREM REPASSADOS

7.1. O CAU/MG disponibilizará para o presente Chamamento Público para Patrocínio o montante total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser cedido para a execução da(s) proposta(s) de aplicativo classificada(s).

VIII. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes estão previstas no Planejamento Orçamentário do CAU/MG para o ano de 2022, na Conta n.º 6.2.2.1.1.01.07.02.002 - Convênios, Acordos e Patrocínio, vinculada ao Centro de Custo 4.03.02.001 - Projeto- Edital de Patrocínio modalidade Patrimônio Cultural.

IX. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes do prazo final para a entrega das propostas,

exclusivamente por meio eletrônico, em petição em formato PDF, a serem endereçadas para o e-mail patrocinio@caumg.gov.br. A resposta às impugnações caberá à Presidente do CAU/MG. Os pedidos de impugnação e respectivas respostas deverão ser publicadas na íntegra no site do CAU/MG, no ambiente próprio do Edital.

9.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, para o e-mail: coa@caumg.gov.br, com cópia para patrocinio@caumg.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Coordenação da Comissão de Organização e Administração (COA-CAU/MG) por meio de correspondência eletrônica, conforme disposto pela Deliberação do Conselho Diretor do CAU/MG DCD-CAU/MG n° 103.3.3.2019, de 19 de agosto de 2019. Os pedidos de esclarecimentos e respectivas respostas deverão ser publicados na íntegra no site do CAU/MG, no ambiente próprio do Edital, facultado aos autores dos questionamentos, mediante solicitação expressa, o direito de sigilo de seus dados pessoas.

9.2.1. O CAU/MG não dispõe de atendimento presencial para o esclarecimento de dúvidas sobre este Chamamento Público de Patrocínio.

9.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo do Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

9.4. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

X. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

10.1. Para a celebração do termo de fomento, a proponente deverá atender aos seguintes requisitos, comprovados na forma do item XIII deste Edital:

I. Ter objetivos estatutários, regimentais ou sociais voltados à promoção de atividades compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado;

II. Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, certidão simplificada

emitida por junta comercial;

III. Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da proponente, conforme estatuto, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;

IV. Comprovar endereço declarado pela proponente, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de energia, água, contrato de locação ou documento congênere;

V. Contar com pelo menos 1(um) profissional arquiteto e urbanista como responsável técnico pelo projeto proposto;

VI. Comprovar que os(as) arquitetos(as) e urbanistas citados como integrantes da equipe possua(m) registro ativo no CAU, que estejam em dia com suas obrigações para com o CAU, e que não estejam cumprindo sanção de suspensão por falta ética.

VII. Comprovar que a pessoa jurídica proponente possui registro ativo no CAU, que esteja em dia com suas obrigações para com o CAU, na hipótese de a proponente possuir em seu objeto social atividades privativas de arquitetura e urbanismo ou atividades compartilhadas exercidas por arquitetos(as) e urbanistas como responsáveis técnicos.

XI. DO PATROCÍNIO

11.1. A concessão de **PATROCÍNIO** pelo CAU/MG deve observar as seguintes orientações:

I. Poderá ser patrocinada a proposta:

a) Que esteja em desenvolvimento ou que apresente condições de implementação e operação imediata;

b) Promova o conhecimento e o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo no contexto da educação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

II. Não poderá ser patrocinada a proposta:

a) Em desacordo com a missão institucional e finalidade do CAU/MG;

b) Que não evidencie benefícios para a valorização da Arquitetura e Urbanismo no Estado de Minas Gerais, em especial no campo do patrimônio cultural mineiro;

III. Ficará impedida de celebrar a parceria a proponente que:

a) Incida nas vedações do item VI do Edital;

b) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

i. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
ii. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
iii. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

c) Tenha prestação de contas de patrocínio ou apoio anterior não aprovada, inconclusa ou que esteja inadimplente perante o CAU/MG, qualquer que seja a motivação; e

d) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

e) Tenha entre seus dirigentes pessoa:

i. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

ii. Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

iii. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992.

f) Que tenha como integrante, convenente/parceiro com prestação de contas reprovadas ficando impedidos de participar de Chamadas Públicas de Patrocínio, enquanto não regularizar as respectivas pendências.

IV. Em qualquer das hipóteses, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a proponente ou seu dirigente.

V. O CAU/MG poderá recusar a concessão de **PATROCÍNIO** sempre que,

mesmo apresentadas as contas de parcerias anteriores e pendentes de exames, constatem-se deficiências na execução do objeto ou na própria prestação de contas.

11.2. O CAU/MG patrocinará proposta relevante para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo, em Minas Gerais, considerando o seu retorno institucional. As contrapartidas que poderão ser de natureza financeira ou técnica deverão estar discriminadas na proposta, e deverão cumprir os itens elencados a seguir:

I. O(s) autor(es) deve(m) ceder o direito patrimonial previsto no direito autoral e autorizar sua modificação futura pelo próprio CAU/MG, ou por terceiros designados pelo Conselho;

II. A distribuição deve se dar por ônus do proponente durante o período de vigência de funcionamento previsto neste Edital, devendo ser discriminado no Anexo III – PLANO DE TRABALHO;

III. A logomarca do CAU/MG constará em todas as telas e nos créditos do aplicativo na qualidade de patrocinador;

11.2.1. Outras formas de contrapartida poderão ser discriminadas em cada item do Anexo III – PLANO DE TRABALHO e serão consideradas dentre os critérios de avaliação, de acordo com o que prevê o Capítulo XV deste Edital.

11.2.2. Contrapartida apresentada pela proponente que envolva serviços essenciais para a execução do projeto objetos de cessão gratuita por terceiros deve ter seu valor dimensionado a partir de orçamento emitido pelo próprio cedente a fim de demonstrar o preço por ele praticado, podendo ser solicitado outros documentos comprobatórios.

11.3. O CAU/MG patrocinará a proposta que obrigatoriamente contemple os seguintes aspectos:

a) A narrativa do aplicativo deverá permear situações de riscos ao patrimônio cultural que deverá ser defendido/preservado por iniciativa do usuário, apresentando um caráter para fins de educação do patrimônio cultural;

b) O aplicativo deverá abordar o patrimônio mineiro em sua abrangência Estadual e poderá ser ampliado por municípios para sua regionalização;

c) O aplicativo deve ser padrão MOBILE, a ser distribuído de forma gratuita pelas plataformas disponíveis nos sistemas operacionais, tanto IOS, quanto Android.

d) Garantia da hospedagem, servidor e manutenção do aplicativo durante todo o cronograma físico proposto neste edital

11.4. O patrocínio concedido pelo CAU/MG terá como valor máximo de R$ 100.000,00 (cinquenta mil reais).

11.5. A quantidade de projetos a patrocinar estará sujeita ao montante total disponível para o patrocínio citado no item 11.4.

11.6. Não há limite máximo de valor ou quotas por projeto classificado. A proponente deverá estipular o valor de patrocínio de que necessita para executar o projeto, considerando o valor total disponível por este Edital mencionado no item 11.4.

11.7. No caso de haver mais de um projeto classificado, a distribuição de valor entre projetos estará condicionada à ordem de classificação e ao valor de patrocínio solicitado pela proponente.

XII. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

12.1. As proponentes deverão protocolar, em via eletrônica, no e-mail patrocinio@caumg.gov.br, a documentação necessária à habilitação e às propostas e planos de trabalho ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG), até o dia **XX de XXXXX de 2022, às 23h59**, em formato PDF, que sigam as seguintes regras:

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE NA CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA:

ASSUNTO DO E-MAIL: **(RAZÃO SOCIAL) – EDITAL N. 002/2021**

ANEXAR 2 (DOIS) ARQUIVOS COMPACTADOS NO FORMATO ZIP, ASSIM NOMEADOS:

ARQUIVO N. 01 – (RAZÃO SOCIAL)-HABILITAÇÃO

ARQUIVO N. 02 – (RAZÃO SOCIAL)-PROPOSTA E PLANO DE TRABALHO

12.2. O CAU/MG não se responsabiliza por extravios eletrônicos (spam, erro no preenchimento do endereço eletrônico, por exemplo) ou por atrasos ocorridos na apresentação da documentação.

12.3. Além do endereço eletrônico previsto no Item 12.1, o CAU/MG poderá estipular outras formas/meios de encaminhamento da documentação a fim de facilitar o envio. Eventuais informações a respeito serão publicadas no ambiente próprio do Edital no site do CAU/MG.

XIII. DA DOCUMENTAÇÃO

13.1. A proponente interessada em receber patrocínio do CAU/MG deverá apresentar, no prazo consignado no item 1.1, os seguintes documentos:

13.1.1. Documentos vigentes de **HABILITAÇÃO** (**ANEXO V – *CHECK LIST* DE DOCUMENTOS**):

I. Na hipótese da proponente se tratar de **pessoa jurídica de direito privado** que apresente em seu estatuto ou contrato social atividade compatível com o objeto do patrocínio solicitado:

a) Ato constitutivo, contrato social ou estatuto social com as alterações, se houver, devidamente registrados nos órgãos competentes, contendo atividade compatível com o objeto do patrocínio solicitado e/ou objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) Cópia de documento que comprove o endereço declarado pela proponente, como conta de energia, água, contrato de locação ou outros congêneres;

d) Ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a pessoa jurídica, se for o caso;

e) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

f) Carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos representantes legais da pessoa jurídica;

g) Declaração constante no **ANEXO II** do presente Edital de Chamamento Público para Patrocínio, assinada pelo representante legal da Pessoa Jurídica, contendo, inclusive, declaração de que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

h) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) dos(das) arquitetos(as) e urbanistas integrantes do projeto;

i) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ) da pessoa jurídica proponente que possuir em seu objeto social atividades privativas de arquitetura e urbanismo ou atividades compartilhadas que tenham arquitetos(as) e urbanistas como responsáveis técnicos**.**

j) Provas de regularidade fiscal, sendo:

i. Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

ii. Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

iii. Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

iv. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

II. Na hipótese da proponente se tratar de **pessoa jurídica de direito público:**

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Declaração constante no **ANEXO II** do presente Edital de Chamamento Público para Patrocínio, assinada pelo representante legal da proponente, contendo, inclusive, declaração de que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

c) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) dos(das) arquitetos(as) e urbanistas integrantes do projeto;

d) Carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos representantes legais da proponente.

e) Provas de regularidade fiscal, sendo:

i. Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

ii. Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

iii. Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

iv. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho; e

III. Na hipótese da proponente se tratar de **Microempreendedor Individual (MEI)**:

a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido no sítio eletrônico oficial do Portal do Empreendedor;

b) Cópia de documento que comprove o endereço declarado pela proponente, como conta de energia, água, contrato de locação ou outros congêneres;

c) Carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do microempreendedor individual;

d) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) no CAU dos(das) arquitetos(as) e urbanistas integrantes da proposta de aplicativo;

e) Declaração constante no **ANEXO II** do presente Edital de Chamamento Público para Patrocínio, assinada pelo representante legal da proponente, contendo, inclusive, declaração de que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

f) Provas de regularidade fiscal, sendo:

i. Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

ii. Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal, no caso em que o MEI possuir empregado;

iii. Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

iv. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

13.1.1.2. As proponentes deverão apresentar um atestado que demonstre a experiência da proponente em desenvolvimento de aplicativo.

13.1.1.3. Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese de o documento não conter prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua emissão.

13.1.1.4. A proponente deverá manter a regularidade dos documentos citados nos subitens 13.1.1 durante todo o processo de habilitação e seleção e

até o final da parceria, no caso de ter firmado termo de fomento, ficando esta responsável pelo envio ao CAU/MG de nova documentação por motivo de vencimento ou quaisquer alterações dos documentos apresentados durante o processo de habilitação e seleção.

13.1.1.5. O Grupo de Trabalho encarregado da análise dos documentos de habilitação poderá, exclusivamente, durante a reunião a ser realizada para tal fim, promover diligências de verificação da regularidade fiscal e jurídica dos proponentes, em ambiente eletrônico, e, assim, sanar eventuais falhas/omissões dos documentos de habilitação.

13.1.1.6. O Grupo de Trabalho não se responsabiliza pela indisponibilidade de sistemas eletrônicos que impeçam, na data da reunião de análise, diligências saneadoras de omissões e falhas. Cabe ao proponente o envio prévio e completo da documentação de habilitação a fim de evitar possível inabilitação que não possa ser saneada.

13.1.1.7. A realização das diligências de que trata o item 13.1.1.4. não reduzem a obrigação dos proponentes da apresentação prévia e integral dos documentos de habilitação.

13.1.2. A proponente deverá apresentar ainda **PROPOSTA DE APLICATIVO**, a ser encaminhada por meio eletrônico, nos termos do formulário constante do **ANEXO I – PROPOSTA,** devidamente preenchido, o qual deverá conter:

I. Apresentação da proponente;

II. Apresentação da proposta de aplicativo, constando de um breve texto apresentando o cenário e as atividades que venham compor o aplicativo gameficado;

III. Valor de patrocínio solicitado;

IV. As contrapartidas dispostas no item 11.2;

V. Descrição de outras formas de contrapartida e de retorno institucional;

VI. Estimativas de custos gerais para o desenvolvimento do aplicativo, sua operação, manutenção e funcionamento por 24 meses, incluindo os custos de aprovação e implementação junto às lojas digitais, em suas versões de teste e definitiva, bem como, outros custos relacionados à hospedagem em servidor, também, de manutenção, correções e atualizações, preenchidas no ANEXO III;

VII. Plano preliminar de execução da proposta de aplicativo, na forma de um cronograma físico de execução dos serviços, atrelado aos desembolsos financeiros;

VIII. Comprovação das parcerias confirmadas mediante documentação hábil para esse fim, especialmente com o arquiteto e urbanista com comprovação de experiência em patrimônio cultural;

IX. Identificação do(s)(as) responsável(eis) pela proposta;

X. Descrição das peças gráficas e eletrônicas do projeto de aplicativo, com suas características técnicas, incluindo a proposta de aplicação do logo do CAU/MG, em conformidade com o Manual de Identidade Visual do CAU/MG (2016), disponível em http://bit.ly/logocaumg-edital.

XI. O prazo de operação do aplicativo, com hospedagem, serviços, manutenção, correção e melhoria;

XII. Prototipação, desenvolvimento, implantação de app em fase de teste, depois em fase definitiva e em seguida com a correção de falhas. Que possa ser utilizado em caso de atualização das versões Android e IOS.

13.1.3. A proponente deverá apresentar ainda **PLANO DE TRABALHO**, na forma como prevista no Capítulo XVII, e conforme **ANEXO III** deste Edital, contendo as seguintes informações:

I. Descrição da realidade que será objeto do patrocínio, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou propostas e metas a serem atingidas;

II. Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou propostas a serem executadas;

III. Previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou das propostas abrangidas pela parceria, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

IV. Definição da forma de execução das atividades ou das propostas e de cumprimento das metas a elas atreladas;

V. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

XIV. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE FISCAL

14.1. O Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Ordinatória nº XX, de XX de XXXXX de 2022, procederá à conferência e análise acerca do envio regular dos

documentos de habilitação previstos no item 13.1.

14.2. Será inabilitada a proponente cuja documentação não satisfaça as exigências deste Edital e cujas falhas/omissões não tenham sido possíveis de saneamento pelo Grupo de Trabalho na forma dos subitens 13.1.1.4 a 13.1.1.6., ou que apresentar situação de irregularidade jurídica ou fiscal na data da habilitação.

14.3. Concluída a análise pelo Grupo de Trabalho, o CAU/MG divulgará o resultado da habilitação.

14.4. A habilitação jurídica e regularidade fiscal não garante o patrocínio à proponente.

XV. DA SELEÇÃO E DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

15.1. A Comissão de Seleção das Propostas instituída pela Portaria Ordinatória nº XX, de XX de XXXXX de 2022, procederá à abertura e análise da **PROPOSTA** e do **PLANO DE TRABALHO** dos proponentes devidamente habilitados.

15.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção das Propostas que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer proponente participante do Chamamento Público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei n.º 12.813/2013.

15.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção das Propostas não obsta a continuidade do processo de seleção, desde que, declarado o impedimento, a Comissão permaneça com o quórum de aprovação descrito na Portaria Ordinatória nº XX, de XX de XXXXX de 2022 que a instituiu.

15.4. A fase de seleção e aprovação das propostas compreende a análise do mérito das propostas recebidas pela Comissão de Seleção das Propostas, de acordo com as informações apresentadas no formulário (**ANEXO I – PROPOSTA**) e do plano de trabalho apresentado no formulário (**ANEXO III – PLANO DE TRABALHO**).

15.5. As propostas deverão atender aos objetivos dispostos neste Edital e obrigatoriamente os seguintes aspectos:

a. Uso de mecânicas e dinâmicas de jogos (gamificação), interativo e user-friendly, atraente e divertido na abordagem sobre o Patrimônio Cultural enquanto identidade, devendo o cenário ser alguma cidade mineira;

b. Condições de implementação e operação imediata, admitindo-se propostas que estejam em desenvolvimento;

c. Promoção do conhecimento e o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo no contexto da educação patrimonial;

d. Fazer uso de linguagem intuitiva que inclua em sua abordagem situações de riscos ao Patrimônio Cultural que impulsione o engajamento dos(as) usuário(as) no apontamento de ações de proteção/defesa/preservação do patrimônio;

e. Possuir caráter educativo sobre o Patrimônio Cultural (conceitos, gestão e

regulação);
f. Abordagem do patrimônio mineiro em sua abrangência Estadual, admitindo a ampliação da plataforma por municípios para sua regionalização;
g. funcionalidade em sistema operacional IOS e Android para dispositivos móveis, tais como smartphones e tablets;
h. Que permita a substituição dos bens culturais por outros, à escolha de outros municípios com a aba AJUDA incluída no aplicativo;

15.6. Na fase de avaliação, serão analisadas as propostas e será considerado o grau de adequação aos objetivos, com base nos critérios de julgamento a seguir dispostos:

Critérios de Avaliação	Nota
I. A relevância da proposta para a sociedade a) Informar, sensibilizar e difundir as situações de riscos ao patrimônio cultural, sua defesa e preservação por iniciativa dos usuários; b) Apresentar caráter voltado para a educação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais.	0 a 3,0
II. Clareza e coerência na apresentação da proposta a) Viabilidade de execução imediata e no prazo definido neste Edital; b) Será avaliada a coerência do cronograma de execução, do valor de patrocínio solicitado e da estratégia de divulgação.	0 a 2,5
III. Qualidade das contrapartidas a) A viabilidade das atividades a serem desenvolvidas e a otimização de recursos; b) Será avaliada a participação da proponente em razão do retorno institucional (quantidade e, especialmente, qualidade) das contrapartidas; c) Relevância para os objetivos estratégicos do CAU/MG (https://bit.ly/3lDHxdA); d) Serão avaliados os métodos de divulgação do aplicativo e da logomarca do CAU/MG.	0 a 2,0
IV. Originalidade/Inovação da proposta – Critérios de Mérito a) Formas de acesso a arquitetos(as) e urbanistas, estudantes e a sociedade do Estado de Minas Gerais; b) Qualidade *user friendly* da proposta c) Propostas inéditas serão analisadas pelos aspectos de originalidade e de pertinência em relação ao objeto deste edital; d) Propostas com históricos de realização serão avaliadas pela relevância das inovações propostas com foco no objeto deste edital.	0 a 1,5
V. A relevância da proposta que promova o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo, com foco no patrimônio cultural a) Aspectos técnicos e operacionais; b) Potencialização, conquista e ampliação do campo de atuação profissional no Estado de Minas Gerais; c) Promoção, articulação e fortalecimento das pessoas jurídicas e entidades de proteção do patrimônio cultural no estado de Minas Gerais;	0 a 1,0
Nota Máxima	**10,00**

15.7. A Comissão de Seleção das Propostas deverá, em seu parecer, elencar os

aspectos que foram considerados na proposta para a sua aprovação ou desaprovação.

15.8. Será classificada em primeiro lugar a proposta que atingir a maior pontuação.

15.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento **(I) Relevância da proposta para a sociedade**. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento **(II) Clareza e coerência na apresentação da proposta**, **(III) Qualidade das contrapartidas, (IV) Originalidade/Inovação da proposta – Critérios de Mérito**, e **(V) Relevância da proposta que promova o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo**.

15.10. Serão desclassificadas as propostas:

I. Que estejam em desacordo com a missão institucional e finalidade do CAU/MG;

II. Que não evidenciem benefícios para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Patrimônio Cultural;

III. Que possuam pontuação inferior a 7,0 (sete) pontos;

IV. Que não se adequem aos objetivos e ao valor de referência deste edital, qual seja, quota máxima de R$ 100.000,00 por projeto;

V. Demais situações legais ou expressamente previstas nesse Edital.

XVI. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DA HABILITAÇÃO E DA SELEÇÃO

16.1. Os proponentes que desejarem recorrer contra o resultado da habilitação ou da seleção das propostas deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da decisão, em petição dirigida à Comissão de Seleção das Propostas, enviada pela via eletrônica, em formato PDF, ao e-mail patrocinio@caumg.gov.br, sob pena de preclusão.

16.2. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo legal ou com fins meramente protelatórios, assim entendidos os recursos em que se constatar ausência de argumentos plausíveis e comprovação do alegado.

16.3. Recebido o recurso, o CAU/MG publicará extrato de notificação aos interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem, caso queiram, contrarrazões.

16.4. A Comissão de Seleção das Propostas proferirá decisão final em face dos recursos contra o resultado de habilitação.

16.5. A Comissão de Seleção das Propostas, na pessoa de seu representante, deverá encaminhar o recurso contra o resultado da seleção das propostas ao Plenário do CAU/MG, com as informações necessárias à decisão final.

16.6. O acolhimento de recurso implicará em eventual invalidação apenas dos atos inaproveitáveis.

16.7. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CAU/MG homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

16.8. Após a divulgação do resultado da habilitação e da seleção de propostas, se todos os interessados manifestarem de forma tácita ou expressa a desistência/renúncia ao direito de recorrer, o CAU/MG homologará imediatamente o resultado definitivo do certame.

16.9. A homologação da seleção de propostas não gera direito para a proponente à celebração do Termo de Fomento nem ao repasse de quaisquer recursos pelo CAU/MG.

XVII. DO PLANO DE TRABALHO

17.1. No mesmo prazo e forma de apresentação dos documentos de habilitação e propostas, deverá ser entregue o plano de trabalho, que será avaliado pela Comissão de Seleção de Propostas.

17.2. O plano de trabalho deverá ser elaborado em língua portuguesa, digitado ou datilografado, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinado na última folha e apresentado conforme **ANEXO III** deste Edital, e deverá conter as seguintes informações:

I. Descrição da realidade que será objeto do patrocínio, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou propostas e metas a serem atingidas;

II. Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou propostas a serem executadas;

III. Previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou das propostas abrangidos pela parceria, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

IV. Definição da forma de execução das atividades ou das propostas, e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

VI. Elaboração e apresentação de peças gráficas exemplificativas do aplicativo e peças de divulgação e comunicação do aplicativo nas redes sociais.

17.3. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no edital.

17.4. A proponente deverá manter a regularidade da documentação de habilitação e fiscal e deverá responsabilizar-se a enviar ao CAU/MG nova documentação em caso de vencimento ou alteração de algum dos documentos apresentados.

17.5. O patrocínio poderá ser cancelado e o projeto desclassificado caso seja constatado qualquer fato que comprometa a imagem institucional do CAU/MG, em decorrência da vinculação de sua marca ao projeto ou no caso de a patrocinada não cumprir o que dispõe o item 17.4.

17.6. A proponente é responsável pela execução total das ações necessárias à realização do plano de trabalho aprovado, não cabendo ao CAU/MG atribuições operacionais como divulgação, mobilização de público, sendo que o CAU/MG poderá avaliar a oferta de tais itens como contrapartida, mas não como obrigação de patrocinador.

XVIII. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1. Somente será convocada a firmar o Termo de Fomento com o CAU/MG (**ANEXO IV – TERMO DE FOMENTO**), a proponente selecionada que tiver plano de trabalho aprovado nas condições dispostas pelo Capítulo XVII deste Chamamento Público de Patrocínio.

18.2. O CAU/MG divulgará oportunamente os procedimentos e a forma de assinatura do Termo de Fomento, considerando as medidas de teletrabalho adotadas em função da pandemia da Covid-19 e a imprevisibilidade do retorno do atendimento presencial na sede do Conselho.

18.3. O prazo para a execução do objeto do Termo de Fomento será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis conforme decisão da Comissão de Seleção das Propostas, contados da assinatura do Termo de Fomento, conforme Proposta e Plano de Trabalho aprovados.

XIX. DO DEPÓSITO DOS RECURSOS FINANCEIROS

19.1. Os recursos de patrocínio serão depositados em conta corrente de instituição financeira oficial, aberta em nome da patrocinada com o mesmo CNPJ informado na inscrição, após a assinatura do Termo de Fomento, observada a disponibilidade orçamentária do CAU/MG.

19.2. A patrocinada deverá reservar esta conta exclusivamente para o patrocínio aprovado, a fim de facilitar a prestação de contas ao final.

19.2.1. A patrocinada deverá manter ativa a conta corrente exclusiva para a gestão do projeto até a apresentação de sua prestação de contas.

19.2.2. Antes do encerramento da conta corrente exclusiva, a patrocinada deverá devolver ao CAU/MG, em sua totalidade, quaisquer valores nela restantes, inclusive eventuais rendimentos de aplicação financeira, se houver, cujos comprovantes da referida operação e o Termo de Fechamento de Conta Corrente deverão constar da prestação de contas.

19.3. Os recursos de patrocínio serão devolvidos ao CAU/MG pela patrocinada, proporcionalmente à etapa não executada, na hipótese de a proposta não ter sido executada na íntegra e em sua totalidade.

19.4. Uma vez depositados os recursos, enquanto não forem empregados na finalidade indicada na proposta, devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, sendo que em caso de devolução dos recursos ao CAU/MG, estes deverão ser restituídos com a respectiva atualização.

19.5. Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do patrocínio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

19.6. Em nenhuma hipótese os recursos de patrocínio podem ser transferidos para movimentação em outras contas da proponente.

19.7. Poderão ser pagas com recursos vinculados ao patrocínio, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I. Aluguel de espaço físico ou locação de equipamentos, incluindo som, imagem e mídia, para a realização do objeto da parceria, admitindo-se pagamento de tais despesas em parcela única;

II. Aquisição de material didático para uso no objeto da parceria;

III. Contratação de estágio, bolsistas de iniciação científica, assessoria e/ou consultoria técnica, seja pessoa física ou jurídica, para a realização ou promoção de evento, palestra e/ou cursos relacionados, no período de

execução do objeto da parceria, desde que devidamente comprovada a vantajosidade financeira da contratação a partir de pesquisa de mercado, sendo facultativa a apresentação de vantajosidade técnica;

IV. Contratação de serviços de logística e transporte de pessoas, e/ou material, inclusive transporte por aplicativo ou passe por transporte público, desde que estes evidenciem itinerário realizado (dia, horário, custo, trajeto, usuário e condutor) e destinados à realização do objeto da parceria;

V. Contratação de serviços gráficos e audiovisuais e construção de sites necessários à divulgação e à realização da ação promovida;

VI. Publicação de matérias técnicas ou publicidade, em jornais, revistas, rádio, TV e/ou periódicos relacionadas à divulgação do objeto da parceria;

VII. Contratação de serviços de provedores de acesso à internet para a realização de ação objeto da parceria;

VIII. Despesas operacionais de consumo de energia elétrica e telefone relacionadas às atividades objeto da parceria, quando da realização dele;

IX. Remuneração de serviços realizados pelo(s) próprio(s) representante(s) legal(si) da pessoa jurídica proponente ou coordenador(a) da proposta por ele designado, desde que o serviço, de maneira comprovada e justificada, atenda à finalidade específica do projeto, que tenha custo estimado de até 15% do valor do patrocínio repassado pelo CAU/MG;

X. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, com funções administrativas ou técnicas, desde que não integrante do quadro de pessoal da patrocinada, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

XI. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

XII. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

XIII. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

XIV. Aquisição ou reformas de bens patrimoniais pertencentes ou não à

proponente, desde que cumpra finalidade essencial para a consecução do objeto.

19.7.1 Nos casos em que prevista a comprovação de vantajosidade financeira da contratação de pessoas e serviços, a proponente deverá realizar pesquisa de mercado de pessoas e serviços equivalentes ao que se quer contratar, apresentando 02 (dois) preços, dos quais a média deverá evidenciar compatibilidade com o que a proponente pretende custear a contratação prevista. A comprovação da vantajosidade para demais casos poderá ser solicitada a qualquer momento pelo CAU/MG mediante a concessão de prazo razóavel.

19.7.2 Em caso de previsão de contratação de pessoa que tenha atividades profissionais reguladas por Conselho Profissional, a patrocinada deverá observar e respeitar a legislação e normativos estabelecidos pelo respectivo Conselho Profissional do(a) profissional a contratar.

19.8. Não poderão ser pagas com recursos vinculados ao patrocínio, as despesas com:

I. Quaisquer despesas, contratações de serviços e/ou aquisição de materiais que não forem utilizados em finalidade específica para o projeto objeto do patrocínio, ainda que em caráter emergencial;

II. Taxas de Administração de gerência ou similares;

III. Pagamentos, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria, assistência técnica, organização a afins;

IV. Despesas, prestação de serviços e/ou aquisição de material com data anterior ou posterior a vigência do patrocínio;

V. Pagamento de multa, juros, correção monetária, encargos ou qualquer outro ônus financeiro, relativo a atraso em pagamentos de impostos ou fornecedores;

VI. Transferências Bancárias/Recursos para associação de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

VII. Despesas com publicidade, informativo ou de orientação social, das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VIII. Alimentação a própria proponente, inclusive a equipe organizadora que tem vínculo empregatício com ela, parceiros ou outros patrocinadores da proposta;

IX. Despesas com alimentação de qualquer natureza ao público e participantes do projeto;

X. Custos operacionais, diretos ou indiretos (combustível, pedágio, passagens e afins) de parceiros e/ou outros patrocinadores do projeto objeto do patrocínio;

XI. Custos operacionais, diretos ou indiretos (combustível, pedágio, passagens e afins) do patrocinado, seus representantes, empregados diretos ou indiretos, a menos que, ele possa comprovar, através de dados logísticos, a utilização destes valores no período e para o projeto objeto do patrocínio;

XII. Nenhum tipo de despesa com bebidas alcóolicas e/ou outras drogas ilícitas, ainda que dentro do período de realização do evento;

XIII. Pagamentos, a qualquer título, a empregado integrante de quadro de pessoal do proponente por qualquer serviço.

19.9. A inadimplência do CAU/MG não transfere à proponente a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

19.10. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela proponente com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o CAU/MG.

19.11.A liberação de recursos para o projeto aprovado será em parcela única, conforme definição constante no termo de fomento.

19.12.O pagamento deverá ser realizado mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, ou mediante quitação do boleto emitido contra a proponente. Contudo, se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie e/ou em cheque e outras formas, desde que que permita a identificação do beneficiário pelo banco.

XX. DA PRESTA ÇÃO DE CON TAS

20.1. Após a execução do plano de trabalho, a proponente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir do fim do prazo de execução do projeto.

20.2. A proponente deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução dos patrocínios pelo prazo de 10(dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

20.3. A prestação de contas, em meio preferencialmente físico, será postada ou protocolada na sede do CAU/MG e conterá os seguintes documentos:

I. Cópia do plano de trabalho;

II. Cópia do termo de fomento;

III. Ofício de encaminhamento da prestação de contas;

IV. Relatório de execução do objeto, elaborado pela proponente, assinado pelo seu representante legal, contendo:

a. A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

b. A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

c. Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

d. Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

e. Os elementos necessários para avaliação dos seguintes itens: impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros e da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

V. Documentos de comprovação da realização de ações, tais como notas fiscais, faturas, recibos, fotos e vídeos, se for o caso;

VI. Relatório de Execução Financeira do termo de colaboração ou de fomento, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e a sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;

VII. Relação de pagamentos efetuados;

VIII. Execução da receita e da despesa;

IX. Conciliação bancária, se for o caso;

X. Cópia do extrato da conta bancária específica do período correspondente;

XI. Comprovação da aplicação financeira dos recursos;

XII. Termo de compromisso assinado pelo responsável, no qual conste a afirmação de que os documentos relacionados ao termo de fomento serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à manifestação conclusiva da prestação de contas final da parceria;

XIII. Demais documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação vigente, tais como:

a. Comprovantes das transferências, que deverão ser procedidas em favor do credor da despesa paga;

b. Cópias dos cheques emitidos nominalmente em favor do credor da despesa paga, quando for o caso;

c. Guia de recolhimento do saldo dos recursos não aplicados;

d. Guia de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), em decorrência de retenção obrigatória, quando for o caso;

e. Outros documentos, conforme a necessidade e o objeto de cada patrocínio ou apoio institucional concedido;

20.4. O comprovante de despesa, deverá:

I. Estar preenchido com clareza e sem rasuras capazes de comprometer sua credibilidade e ainda deverá trazer anotado o número da parceria e conter a seguinte inscrição: “certifico ou declaro o recebimento das mercadorias/serviços”;

II. Se referente a gastos com publicidade escrita, estar acompanhado de cópia do material divulgado; se radiofônica ou televisiva, de gravação da peça veiculada;

III. No caso de aluguel autorizado na parceria, ser acompanhado de cópia do contrato de locação, em nome da proponente patrocinada, na prestação de contas de recursos repassados;

IV. Demonstrar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), em nota fiscal de prestação de serviços, de profissional autônomo, quando for o caso;

V. No caso de pagamento de pessoal, deverá ser apresentada, na prestação de contas, uma cópia do registro funcional de cada funcionário remunerado com recursos do patrocínio;

VI. Apresentar demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente

realizadas nos serviços de assistência, de capacitação e promoção de seminários e congêneres;

VII. Em caso de contratação de serviços técnicos regulamentados por Conselho de Fiscalização Profissional que caracterize serviços de engenharia ou arquitetura, apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), assinado pelo profissional responsável;

VIII. Em caso de contratação de serviços técnicos regulamentados por Conselho de Fiscalização Profissional, deverá ser apresentado o comprovante de habilitação no respectivo conselho;

IX. No caso de pagamento por transferência bancária à companhia aérea para a compra de passagens aéreas de palestrantes com participação prevista na proposta e, consequentemente, no Plano de Trabalho aprovado, deverá ser apresentado o comprovante da transferência bancária, o e-ticket que contém os valores das passagens, os cartões de embarque/desembarque em nome dos palestrantes e registros de sua participação no evento objeto de patrocínio.

20.5. As notas fiscais conterão:

I. O nome, o endereço e o CNPJ da proponente patrocinada;

II. A data de realização da despesa e a discriminação precisa de seu objeto, com identificação de dados, como tipo do material, quantidade, marca e modelo;

III. Os valores unitários e total das mercadorias adquiridas; e

IV. Em caso de conserto de veículo em nome da proponente patrocinada ou compra de combustível ou lubrificante, a identificação da placa e da quilometragem registrada no hodômetro, salientando que essas despesas são consideradas, geralmente, administrativas.

20.6. A comprovação de despesa com serviços prestados por pessoa jurídica ou compras será feita mediante apresentação da nota fiscal correspondente, em primeira via, não sendo aceito recibo, salvo quando dispensadas por lei de sua emissão, com indicação expressa do enquadramento de um dos itens no plano de trabalho.

20.7. As prestações de contas serão avaliadas pela Comissão de Planejamento e Finanças (CPFi- CAU/MG) da seguinte forma:

I. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer

outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a. Omissão no dever de prestar contas;

b. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

20.8. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à Presidente do CAU/MG, na medida em que é a autoridade responsável por celebrar o termo de fomento, ou ao agente a ele diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

20.9. A proponente patrocinada será notificada da decisão acerca das contas e poderá:

I. Apresentar recurso à autoridade que a proferiu, no prazo de 30 (trinta) dias, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Conselho Diretor do CAU/MG, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II. Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

20.10. Constituirá irregularidade grave, lesiva ao erário, sujeitando a proponente patrocinada ou o seu responsável à tomada de contas especial:

I. Deixar de prestar contas ao CAU/MG no prazo estabelecido;

II. Não restituir ao CAU/MG:

a. Os recursos financeiros não aplicados ou aplicados irregularmente na execução do patrocínio ou na execução de seu objeto; ou

b. Os equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão.

III. Destinar recursos provenientes do patrocínio para:

a. Gastos cuja competência de realização seja anterior ou posterior à data da vigência do patrocínio; e

b. Finalidade alheia ao objeto da parceria.

Parágrafo único. O recolhimento ao erário dos recursos em razão de ocorrência de situação prevista nesse artigo dispensa a instauração de tomada de contas especial, mas não desonera o titular da proponente patrocinada da possibilidade de responder por eventual ato ilícito cometido.

20.11.O CAU/MG apreciará a prestação de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data do seu recebimento e do cumprimento de diligência

por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

I. A definição do prazo para apreciação da prestação de contas será estabelecida, fundamentalmente, de acordo com a complexidade do objeto.

II. O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado, no máximo, por igual período, desde que devidamente justificado e não ultrapasse o prazo máximo de 300 (trezentos) dias.

III. O transcurso do prazo definido nos termos do caput, sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b) Nos casos em que não for constatado dolo da patrocinada ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pelo CAU/MG, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

20.12. Vencido o prazo legal e não tendo sido prestadas as contas devidas, o administrador público notificará a patrocinada em até 05 (cinco) dias úteis para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.

I. O prazo para manifestação da patrocinada é prorrogável por igual período, desde que requerida por intermédio de pedido formal e fundamentado.

II. Se não prestadas as contas ou se não aprovadas, o Gestor determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos concernentes a outras parcerias vinculadas e comunicará à Presidente do CAU/MG.

III. Terá efeitos de não apresentada a prestação de contas:

a) Com documentação incompleta;

b) Com documentos inidôneos para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos;

c) Quando não executada a contrapartida, quando esta for devida; e

d) De que se constate fraude na execução do patrocínio.

XXI. XXI.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O ato de envio da proposta pressupõe plena concordância de todos os termos deste Edital.

21.2. Os resultados de todas as fases do Processo de Seleção são soberanos, ficando a critério do CAU/MG modificar datas de publicação das fases de Seleção sem aviso prévio, não cabendo recursos quanto às datas estabelecidas.

21.3. Os documentos, as fotos e os materiais de divulgação do objeto do Patrocínio deverão ser entregues também em arquivo digital.

21.4. A utilização da logomarca oficial do CAU/MG deve adotar como referência os parâmetros estabelecidos no “Manual de Identidade Visual da Marca do CAU”, de 2015, disponível em www.caubr.gov.br/biblioteca, e deverá ser submetida, antes de qualquer divulgação ou publicação, à aprovação da Assessoria de Comunicação do CAU/MG.

21.5. Fica estabelecido o portal da internet http://www.caumg.gov.br, para a divulgação de quaisquer informações sobre o presente Chamamento Público, sem prejuízo da utilização de outros veículos de comunicação, oficiais ou não, de que o CAU/MG venha a dispor.

21.6. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

21.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Edital de Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das proponentes concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do CAU/MG.

21.8. O CAU/MG reserva-se o direito de divulgar o Patrocínio e de utilizar, quando julgar oportuno, imagens e produtos da proposta em suas ações e peças de comunicação institucional, bem como em seu portal na internet, sem qualquer ônus adicional à cota de patrocínio ajustada. Dessa forma, os termos contratuais entre o responsável pela proposta e os demais envolvidos devem contemplar a extensão da cessão de direito de utilização de imagens, ilustração, voz, fotografia, fotografado, fotógrafo e produtos para as ações de comunicação do CAU/MG, quando for o caso.

21.9. As propostas não selecionadas ou inabilitadas no âmbito dessa Chamada

Pública não serão patrocinadas pelo CAU/MG por outra modalidade de concessão de patrocínio, sendo a excepcionalidade submetida à decisão superior.

21.10. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à patrocinada as sanções previstas na legislação em vigor e nos regulamentos aplicados à espécie.

21.11. Durante a vigência do Termo de Fomento, se houver qualquer alteração na proposta inicial (apresentada no Formulário de Solicitação de Patrocínio) e no Plano de Trabalho aprovado (readequações orçamentárias, ajustamentos em contrapartidas, por exemplo) a patrocinada deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, submetê-la(s), a aprovação da Comissão de Seleção de Propostas, por meio de correspondência eletrônica enviada para o e-mail patrocinio@caumg.gov.br

I. Deverão ser cumpridas, no que tange à prestação de contas e à regularidade do referido processo, a Resolução n.º 94 do CAU/BR, bem como as demais normas vigentes.

II. Caso não ocorra a aprovação da(s) alteração(os), a patrocinada ficará obrigada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a devolver o valor já depositado pelo CAU/MG.

III. Os casos omissos serão solucionados pela Comissão de Seleção de Propostas e, em qualquer caso, na sua impossibilidade de reunião, pelo Conselho Diretor do CAU/MG.

Belo Horizonte, xx de xxxxx de 2022.

Arq. e Urb. Maria Edwirges Sobreira Leal
Presidente do CAU/MG

ANEXO I

PROPOSTA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO N.º 002/2021

[LOCAL], [DATA]

À Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público para Patrocínio N.º 002/2021

Senhor(a) Presidente:

Pelo presente apresentamos proposta [PREEENCHER], conforme Edital de Chamamento Público Para Patrocínio N.º 002/2021, nos seguintes termos:

Dados cadastrais			
Nome da proponente:		CNPJ:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	Telefone:
Web site:		E-mail:	
Nome do Responsável Legal:		CPF:	
C.I./ Órgão Expedidor:	Período do mandato:	Cargo:	
Endereço:			
Telefone:		E-mail:	

Apresentação da Proponente
a. Objetivos empresariais/institucionais (missão):
b. Data de constituição:
c. Principais atuações:

Apresentação da proposta - Justificativa técnica e social
a. Justificar porque o CAU/MG deve apoiar o projeto;
b. Quais problemas e oportunidades reconhecidas, assim como situações e necessidades identificadas, numa perspectiva técnica e social.
c. De que forma o projeto beneficiará a sociedade (direta ou indiretamente);

[limites de caracteres?]

Objetivos do projeto
a. Citar de forma clara e concisa, expressando o que se pretende atingir com o projeto em termos de mitigação, solução ou alternativas ao que se expôs como problema na justificativa técnica e social. b. De todos os objetivos que a proposta apresentar, pelo menos dois deverão estar entre os listados no item 11.4, do Capítulo XI, do Edital, podendo ser feita aqui uma referência direta a eles.

Público-alvo
a. Perfil do público b. Estimativa de beneficiados com a proposta

Abrangência geográfica

Contribuições da ação para o segmento da Arquitetura e Urbanismo

Programação ou roteiro definitivo
Etapas e Cronograma

Valor de patrocínio solicitado

Estimativas de custos gerais para a realização do projeto

Plano de divulgação

Contrapartidas e proposta de retorno institucional, conforme Edital

Potenciais parceiros e/ou parcerias confirmadas

Identificação do(s) responsável(eis) pela proposta
a. Necessário identificar pelo menos 1(uma) arquiteto(a) e urbanista)

Descrição das peças gráficas e eletrônicas de divulgação do projeto, com suas características técnicas e com a proposta de aplicação da logomarca do CAU/MG

Produtos gerados com a ação e seus desdobramentos

~~Se a proposta contemplar espaço para auditório ou área de exposição para montagem de estande do CAU/MG deverá ser enviada com os seguintes documentos:~~

~~I. Planta geral do local do evento, se houver;~~

~~II. Planta do pavilhão de exposição, com a localização do espaço destinado ao CAU/MG e a indicação dos expositores vizinhos;~~

~~III. Planta do estande a ser ocupado pelo CAU/MG; e~~

~~IV. Descritivo da montagem e da infraestrutura que será disponibilizada ao patrocinador.~~

O detalhamento desta proposta dar-se-á no Plano de Trabalho Anexo do Edital.

_____

[RAZÃO SOCIAL, NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPONENTE]

ANEXO N.º II

DECLARAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO N.º 002/2021

[NOME DA PROPONENTE], natureza jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº [PREENCHER], com sede na Rua [PREENCHER], nº [PREENCHER], [PREENCHER], Bairro, Cidade, Estado, CEP [PREENCHER], representado(a) neste ato por [PREENCHER], profissão, portador da Carteira de Identidade nº [PREENCHER], expedida pela [PREENCHER], e do CPF nº [PREENCHER], **DECLARA** que:

I. Não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou teve prestação de contas recusada, reprovada ou inconclusa;

II. Não possui entre os seus dirigentes:

a) Pessoa considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei n 8.429/1992; e

b) Empregado ou conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Unidades Federativas (CAU/UF), ou cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

III. Não possui como membro integrante da proposta, convenente/parceiro com prestação de contas pretéritas reprovadas ficando impedidos de participar de Chamadas Públicas de Patrocínio, enquanto não regularizar as respectivas pendências;

IV. Não teve as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos.

V. Não incide nas vedações do artigo 39 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

VI. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

VII. Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) Servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do CAU/MG, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

[Cidade], [Data]

[RAZÃO SOCIAL, NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPONENTE]

ANEXO N.º III

PLANO DE TRABALHO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO N.º 002/2021

1. Dados cadastrais			
Nome da proponente:		CNPJ:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	Telefone:
Web site:		E-mail:	
Nome do Responsável Legal:		CPF:	
C.I./ Órgão Expedidor:	Período do mandato:	Cargo:	
Endereço:			
Telefone:		E-mail:	

2. Proposta de trabalho	
Nome do projeto:	Prazo de Execução:
Público-alvo:	
Objeto da parceria:	
Justificativa:	
Descrição da realidade que será objeto do patrocínio (devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas).	
Monitoramento e avaliação:	

3. Objetivos
Gerais:
Específicos:

4. Metodologia
Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas.

5. Metas e resultados esperados
Descrição das metas e de atividades ou projetos a serem executados:
Resultados esperados:

Parâmetros para a aferição de cumprimento das metas:

6. Cronograma de execução e metas						
Metas	Etapa	Especificação da ação/atividade Indicador Físico	Indicador físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término

7. Contrapartidas		
Especificação	**Valor (R$) – Quando houver/Se for o caso**	**% do patrocínio – Quando houver/Se for o caso**

8. Detalhamento da aplicação dos recursos financeiros		
Proponente	**Valor**	**% sobre o Total**
Material de consumo		
Serviços de terceiros – Pessoa Física		
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Custo Indiretos/Equipe encarregada pela execução		
Equipamentos e materiais permanentes		
Total de recursos da Proponente:		
Parceiro 1: [PREENCHER RAZÃO SOCIAL]	**Valor**	**% sobre o Total**
Material de consumo		
Serviços de terceiros – Pessoa Física		
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Custo Indiretos/Equipe encarregada pela execução		

Equipamentos e materiais permanentes		
Total de recursos do Parceiro 1:		
Patrocínio CAU/MG	**Valor**	**% sobre o Total**
Material de consumo		
Serviços de terceiros – Pessoa Física		
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Custo Indiretos/Equipe encarregada pela execução		
Equipamentos e materiais permanentes		
Total de Patrocínio do CAU/MG:		
Total:		**100%**

10. Declaração

Na qualidade de representante legal da [PREENCHER RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE], declaro, para fins de comprovação junto ao CAU/MG, estar ciente das normas de patrocínio do CAU/MG e adequar-me aos seus dispositivos.

Declaro que esta proponente está regular com todos os documentos para Regularidade Jurídica e Fiscal citados no Edital Chamamento Público para Patrocínio nº 001/2022 – Patrimônio Cultural.

IMPORTANTE

Por determinação dos órgãos de controle externo, no ato da assinatura do convênio de patrocínio e na(s) data(s) de efetivação do(s) repasse(s) de recursos decorrentes da quota de patrocínio, todas as certidões de que mencionam o Edital em tela deverão estar válidas e acompanhadas das respectivas autenticidades, se emitidas via internet.

Nos casos em que a proponente for isenta de algum tributo, é necessário enviar a Declaração de Isenção, que substitui a certidão.

É responsabilidade da proponente, manter sua regularidade fiscal e documental, conforme dispõe o Edital.

A não apresentação dos documentos válidos, no prazo previsto, impedirá a assinatura do contrato e caracterizará a desistência da solicitação de patrocínio, não acarretando ao CAU/MG quaisquer ônus indenizatórios.

Pede deferimento.

[LOCAL E DATA],

[RAZÃO SOCIAL, NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPONENTE]

11. Aprovação do plano de trabalho pelo CAU/MG
( ) Aprovado; ( ) Aprovado com ressalvas, com possibilidade de celebração do convênio, devendo o administrador público exigir o cumprimento do que houver sido ressalvado ou, mediante ato formal, justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo; ( ) Reprovado. Local e data Responsável pela Comissão de Seleção.

ANEXO IV

TERMO DE FOMENTO N.º NÚMERO/ANO

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG E A [RAZÃO SOCIAL PATROCINADA], PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG, autarquia federal, criada pela Lei nº 12.378/2010, inscrito no CNPJ sob o nº 14.951.451/0001-19, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 447, 11º andar, CEP nº 30112-020, Belo Horizonte/MG, representado neste ato por sua Presidente, MARIA EDWIRGES SOBREIRA LEAL, brasileira, solteira, Arquiteta e Urbanista, inscrita no CAU/BR sob o nº A9600-8 e no CPF sob o nº 485.663.306-68, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG; e a [RAZÃO SOCIAL PATROCINADA], [natureza jurídica], inscrita no CNPJ sob o nº [PREENCHER], com sede na Rua [PREENCHER], nº [PREENCHER], [PREENCHER], Bairro, Cidade, Estado, CEP [PREENCHER], representado(a) neste ato por [PREENCHER], profissão, portador da Carteira de Identidade nº [PREENCHER], expedida pela [PREENCHER], e do CPF nº [PREENCHER], doravante designado PATROCINADA;

RESOLVEM, com fundamento na Resolução CAU/BR nº 94/2014, no Edital de Chamamento Público Para Patrocínio n.º 002/2021, na modalidade Patrimônio Cultural, e tendo em vista o resultado do julgamento das propostas, CELEBRAR o presente TERMO DE FOMENTO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

I. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Fomento é a execução de [PROJETO – DESCREVER] visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Patrocinada, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

II. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento,

bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

III. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Fomento iniciará na data de sua assinatura e findará no dia [PREENCHER], prazo final para execução do seu objeto, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

a) Mediante termo aditivo, por solicitação da Patrocinada, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pelo CAU/MG; e

b) De ofício, por iniciativa do CAU/MG, quando esse der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV. CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS FINANCEIROS

4.1. Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pelo CAU/MG no valor total de [PREENCHER], à conta da ação orçamentária [PREENCHER], Elemento de Despesa: [PREENCHER] Unidade Gestora: [PREENCHER] – Nota de Empenho n.º [PREENCHER], conforme Plano de Trabalho.

V. CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. A liberação do recurso financeiro se dará em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da apresentação dos dados bancários, nas condições que prevê o item 19.1.1 do Edital.

5.2. É condição para o repasse do valor que a Patrocinada demonstre situação de regularidade fiscal a ser aferida com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

b) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

d) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

VI. CLÁUSULA SEXTA: DA CONTA BANCÁRIA PARA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Os recursos recebidos pelas Patrocinadas serão depositados em conta corrente ativa em instituição financeira oficial, com o mesmo CNPJ, cujos dados bancários completos devem ser informados mediante o envio do extrato de abertura da conta corrente até 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura deste Termo de Fomento.

6.2. A Patrocinada deverá reservar uma conta exclusiva para o patrocínio aprovado, a fim de facilitar a prestação de contas ao final.

6.3. Os recursos de patrocínio serão devolvidos ao CAU/MG pelo proponente, proporcionalmente à etapa não executada, caso a proposta não seja executada na íntegra e em sua totalidade.

6.4. Uma vez depositados os recursos, enquanto não forem empregados na finalidade indicada na proposta, devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, sendo que em caso de devolução dos recursos ao CAU/MG, estes deverão ser restituídos com a respectiva atualização.

Parágrafo único – Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do patrocínio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.5. Os recursos da parceria geridos pela Patrocinada estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.6. Poderão ser pagas com recursos vinculados ao patrocínio, desde que aprovadas no Plano de Trabalho, as despesas com:

a) Aluguel de espaço físico ou locação de equipamentos, incluindo som, imagem e mídia, para a realização do objeto da parceria, admitindo-se pagamento de tais despesas em parcela única;

b) Aquisição de material didático para uso no objeto da parceria;

c) Contratação de estágio, bolsistas de iniciação científica, assessoria e/ou consultoria técnica, seja pessoa física ou jurídica, para a realização ou promoção de evento, palestra e/ou cursos relacionados, no período de execução do objeto da parceria, desde que devidamente comprovada a vantajosidade financeira da contratação a partir de pesquisa de mercado, sendo facultativa a apresentação de vantajosidade técnica;

d) Contratação de serviços de logística e transporte de pessoas, e/ou material, inclusive transporte por aplicativo ou passe por transporte público, desde que estes evidenciem itinerário

realizado (dia, horário, custo, trajeto, usuário e condutor) e destinados à realização do objeto da parceria;

e) Contratação de serviços gráficos e audiovisuais e, construção de sites necessários à divulgação e à realização da ação promovida;

f) Publicação de matérias técnicas ou publicidade, em jornais, revistas, rádio, TV e/ou periódicos relacionadas à divulgação do objeto da parceria;

g) Contratação de serviços de provedores de acesso à internet para a realização de ação objeto da parceria;

h) Despesas operacionais de consumo de energia elétrica e telefone relacionadas às atividades objeto da parceria, quando da realização do mesmo;

i) Remuneração de serviços realizados pelo(s) próprio(s) representante(s) legal(is) da pessoa jurídica proponente ou coordenador(a) da proposta por ele designado, desde que o serviço, de maneira comprovada e justificada, atenda à finalidade específica do projeto, que tenha custo estimado de até 15% do valor do patrocínio repassado pelo CAU/MG;

j) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, com funções administrativas ou técnicas, desde que não integrante do quadro de pessoal da Patrocinada, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

k) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

l) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

m) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

n) Aquisição ou reformas de bens patrimoniais pertencentes ou não à proponente desde que cumpra finalidade essencial para a consecução do objeto.

Parágrafo único –A inadimplência do CAU/MG não transfere à Patrocinada a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

6.7. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do patrocínio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas,

serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas do responsável.

6.8. Toda a movimentação de recursos no âmbito do patrocínio será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

a) Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço.

b) Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, mediante justificativa da Patrocinada, poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie e/ou em cheque.

VII. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CAU/MG E DA PATROCINADA

7.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, com as normas previstas no preâmbulo deste Termo de Fomento, com o Edital de Edital de Chamamento Público Para Patrocínio n.º 002/2021, com a Proposta e Plano de Trabalho apresentados, os quais são partes integrantes deste Termo, como se transcritos estivessem, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

7.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, **cabe ao CAU/MG** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Promover o repasse dos recursos financeiros;

b) Prestar o apoio necessário e indispensável à Patrocinada para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

c) Monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Nona;

d) Comunicar à Patrocinada quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

e) Analisar os relatórios de execução do objeto;

f) Analisar os relatórios de execução financeira;

g) Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

h) Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento; e

i) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

7.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, **cabe à Patrocinada** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o Plano de Trabalho aprovado pelo CAU/MG, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n.º 13.019/14 e na Resolução n° 94/2014, do CAU/BR;

b) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, na instituição financeira pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

c) Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo subitem 19.8 do Edital de Chamamento Público Para Patrocínio nº 002/2021;

d) Executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

e) Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

f) Permitir o livre acesso do CAU/MG, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

g) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

i. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

ii. Garantir sua guarda e manutenção;

iii. Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

iv. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

v. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da Patrocinada; e

vi. Durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização do CAU/MG e prévio procedimento de controle patrimonial.

h) Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

i) Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições de habilitação exigidas no Edital de Chamamento Público Para Patrocínio nº 002/2021;

j) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;

k) Prestar contas dos recursos recebidos;

l) Comunicar ao CAU/MG sobre as suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

m) Submeter previamente ao CAU/MG qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho, na forma definida nesse instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

n) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária do CAU/MG quanto à inadimplência da Patrocinada em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução; e

p) Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

q) Cumprir com as contrapartidas delimitadas no Plano de Trabalho do Anexo III do Edital de Chamamento Público Para Patrocínio nº 002/2021.

VIII. CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

8.1. A Patrocinada adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo CAU/MG.

8.2. A Patrocinada deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

8.3. Para fins de comprovação das despesas, a Patrocinada deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços, notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da Patrocinada e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

8.4. A Patrocinada deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas em relatório, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas, mas deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

8.5. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário.

8.6. É vedado à Patrocinada:

a) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

b) Contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança no CAU/MG, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) Pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

8.7. É vedado ao CAU/MG praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela Patrocinada ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

IX. DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

9.1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pelo CAU/MG por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em processo e na área de transparência do sítio oficial do CAU/MG.

9.2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

X. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

10.1. O presente Termo de Fomento poderá ser:

a) Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

b) Denunciado, por decisão unilateral do CAU/MG, mediante prévia notificação por escrito à Patrocinada; ou

c) Rescindido nas seguintes hipóteses:

i. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

ii. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

iii. Violação da legislação aplicável;

iv. Cometimento de falhas reiteradas na execução;

v. Malversação de recursos públicos;

vi. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

vii. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

viii. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

ix. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de execução da parceria; e

x. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável**.**

10.2. Em caso de denúncia ou rescisão por culpa, dolo ou má gestão por parte da Patrocinada, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

10.3. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vista do processo.

10.4. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

XI. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a Patrocinada deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do CAU/MG.

11.2. Os débitos a serem restituídos pela Patrocinada serão apurados mediante atualização monetária, acrescidos de juros calculados da seguinte forma:

a) Nos casos em que for constatado dolo da Patrocinada ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos; e

b) Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

i. Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da Patrocinada ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

ii. Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a item ï" desta alínea.

11.3. Os débitos a serem restituídos pela Patrocinada observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento

XII. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Os bens remanescentes, assim entendidos como aqueles de natureza permanente adquiridos com recursos repassados pelo CAU/MG, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam, são de titularidade do CAU/MG.

12.2. A PATROCINADA deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para o CAU/MG, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a Patrocinada não mais será responsável pelos bens.

12.3. Na hipótese de dissolução da Patrocinada durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo CAU/MG, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

12.4. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a Patrocinada, a critério do CAU/MG, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o CAU/MG não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela Patrocinada.

XIII. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1. Caso as atividades realizadas pela Patrocinada com recursos públicos provenientes do Termo de Fomento deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a Patrocinada terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria.

13.2. Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pela Patrocinada na exploração ou licença de uso dos bens passíveis de propriedade intelectual, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Fomento, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento, sem prejuízo do disposto no item seguinte.

13.3. A participação nos ganhos econômicos fica assegurada, nos termos da legislação específica, ao inventor, criador ou autor.

13.4. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual permanecerão na titularidade da Patrocinada, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização, observado o disposto no item seguinte.

13.5. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para o CAU/MG, a critério do CAU/MG, quando a Patrocinada não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pelo CAU/MG.

13.6. A Patrocinada declara, mediante a assinatura desse instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar, independente de solicitação do CAU/MG, todas as autorizações ou licenças necessárias para que a autarquia utilize, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que forem resultado da execução desta parceria, da seguinte forma:

a) Quanto aos direitos de que trata a Lei n.º 9.610/ 1998, por quaisquer modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, inclusive:

i. A reprodução parcial ou integral;
ii. A edição;
iii. A adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
iv. A tradução para qualquer idioma;
v. A inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
vi. A distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
vii. A comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e
viii. A inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

b) Quanto aos direitos de que trata a Lei n.º 9.279/1996, para a exploração de patente de invenção ou de modelo de utilidade e de registro de desenho industrial;

c) Quanto aos direitos de que trata a Lei n.º 9.456/1997, pela utilização da cultivar protegida; e

d) Quanto aos direitos de que trata a Lei n.º 9.609/ 1998, pela utilização de programas de computador.

13.7. Cada um dos partícipes tomará as precauções necessárias para salvaguardar o sigilo das informações consideradas confidenciais acerca da propriedade intelectual, podendo estabelecer em instrumento específico as condições referentes à confidencialidade de dado ou informação cuja publicação ou revelação possa colocar em risco a aquisição, manutenção e exploração dos direitos de propriedade intelectual resultantes desta parceria.

XIV. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1. Após a execução do Plano de Trabalho, a Patrocinada prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir do fim do prazo de execução do projeto, observando-se as regras previstas no Edital e na Resolução n° 94/2014 do CAU/BR, além das cláusulas constantes nesse Termo de Fomento e no Plano de Trabalho.

14.2. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela Patrocinada deverá conter elementos que permitam ao CAU/MG avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

14.3. A prestação de contas será endereçada ao CAU/MG e conterá os seguintes documentos:

Cópia do Plano de Trabalho;

Cópia do termo de fomento ou colaboração;

Ofício de encaminhamento da prestação de contas;

Relatório de execução do objeto, elaborado pela Patrocinada, assinado pelo seu representante legal, contendo:

A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

i. A justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
ii. A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
iii. Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

iv. Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver; e

v. Os elementos necessários para avaliação dos seguintes itens: impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros e da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

a) Documentos de comprovação da realização de ações, tais como notas fiscais, faturas, recibos, fotos e vídeos, se for o caso;

b) Relatório de Execução Financeira do termo de colaboração ou de fomento, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e a sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho;

c) Relação de pagamentos efetuados;

d) Execução da receita e da despesa;

e) Conciliação bancária, se for o caso;

f) Cópia do extrato da conta bancária específica do período correspondente;

g) Comprovação da aplicação financeira dos recursos;

h) Termo de compromisso assinado pelo responsável, no qual conste a afirmação de que os documentos relacionados ao termo de fomento ou colaboração serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à manifestação conclusiva da prestação de contas final da parceria;

i) Demais documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação vigente, tais como:

i. Comprovantes das transferências, que deverão ser procedidas em favor do credor da despesa paga;

ii. Cópias dos cheques emitidos nominalmente em favor do credor da despesa paga, quando for o caso;

iii. Guia de recolhimento do saldo dos recursos não aplicados;

iv. Guia de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), em decorrência de retenção obrigatória, quando for o caso;

v. Outros documentos, conforme a necessidade e o objeto de cada patrocínio concedido.

14.4. O comprovante de despesa, deverá:

a) Estar preenchido com clareza e sem rasuras capazes de comprometer sua credibilidade e ainda deverá trazer anotado o número da parceria e conter a seguinte inscrição: "certifico ou declaro o recebimento das mercadorias/serviços";

b) Se referente a gastos com publicidade escrita, estar acompanhado de cópia do material divulgado; se radiofônica ou televisiva, de gravação da peça veiculada;

c) No caso de aluguel autorizado na parceria, ser acompanhado de cópia do contrato de locação, em nome da Patrocinada, na prestação de contas de recursos repassados;

d) Demonstrar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), em nota fiscal de prestação de serviços, de profissional autônomo, quando for o caso;

e) No caso de pagamento de pessoal, deverá ser apresentada, na prestação de contas, uma cópia do registro funcional de cada funcionário remunerado com recursos do patrocínio;

f) Apresentar demonstrativo detalhado as horas técnicas efetivamente realizadas nos serviços de assistência, de capacitação e promoção de seminários e congêneres;

g) Em caso de serviços de adequação de espaço físico, que caracterize serviços de engenharia ou arquitetura, apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de execução e de fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo profissional responsável; e

h) Em caso de contratação de serviços técnicos regulamentados por Conselho de Fiscalização Profissional, deverá ser apresentado o comprovante de habilitação no respectivo conselho;

I. No caso de pagamento por transferência bancária à companhia aérea para a compra de passagens aéreas de palestrantes com participação prevista na proposta e, consequentemente, no Plano de Trabalho aprovado, deverá ser apresentado o comprovante da transferência bancária, o e-ticket que contém os valores das passagens, os cartões de embarque/desembarque em nome dos palestrantes e registros de sua participação no evento objeto de patrocínio.

14.5. As notas fiscais conterão:

I. O nome, o endereço e o CNPJ da Patrocinada;

II. A data de realização da despesa e a discriminação precisa de seu objeto, com identificação de dados, como tipo do material, quantidade, marca e modelo;

III. Os valores unitários e total das mercadorias adquiridas; e

IV. Em caso de conserto de veículo em nome da organização ou compra de combustível ou lubrificante, a identificação da placa e da quilometragem registrada no hodômetro, salientando que essas despesas são consideradas, via de regra, administrativas.

14.6. A comprovação de despesa com serviços prestados por pessoa jurídica ou compras será feita mediante apresentação da nota fiscal correspondente, em primeira via, não sendo aceito recibo, salvo quando dispensadas por lei de sua emissão, com indicação expressa do enquadramento de um dos itens no Plano de Trabalho.

14.7. As prestações de contas serão avaliadas:

a) Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

b) Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c) Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

i. Omissão no dever de prestar contas;

ii. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

iii. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

iv. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

14.8. A decisão sobre a prestação de contas final caberá ao Presidente no CAU/MG, na medida em que é a autoridade responsável por celebrar a termo de fomento ou colaboração, ou ao agente a ele diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

14.9. A Patrocinada será notificada da decisão acerca das contas e poderá:

a) Apresentar recurso à autoridade que a proferiu, no prazo de 30 (trinta) dias, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Conselho Diretor do CAU/MG, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

14.10. Exaurida a fase recursal, o CAU/MG deverá:

I. No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na plataforma eletrônica as causas das ressalvas; e

II. No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a Patrocinada para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a. Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho.

14.11.O CAU/MG deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do item 14.10, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva da Presidente do CAU/MG. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

14.12. Constituirá irregularidade grave, lesiva ao erário, sujeitando a Patrocinada ou o seu responsável à tomada de contas especial:

a) Deixar de prestar contas ao CAU/MG no prazo estabelecido;

b) Não restituir ao CAU/MG:

i. Os recursos financeiros não aplicados ou aplicados irregularmente na execução do patrocínio ou na execução de seu objeto; ou

ii. Os equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão.

c) Destinar recursos provenientes do patrocínio para:

i. Gastos cuja competência de realização seja anterior ou posterior à data da vigência do patrocínio ou apoio institucional; e

ii. Finalidade alheia ao objeto da parceria.

14.13.O recolhimento ao erário dos recursos em razão de ocorrência de situação prevista no item 14.11, alínea 'b', dispensa a instauração de tomada de contas especial, mas não desonera o titular da Patrocinada da possibilidade de responder por eventual ato ilícito cometido.

14.14.O CAU/MG apreciará a prestação de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

a) A definição do prazo para apreciação da prestação de contas será estabelecida, fundamentalmente, de acordo com a complexidade do objeto.

b) O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado, no máximo, por igual período, desde que devidamente justificado e não ultrapasse o prazo máximo de 300 (trezentos) dias.

c) O transcurso do prazo definido nos termos do *caput*, sem que as contas tenham sido apreciadas:

i. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

ii. Nos casos em que não for constatado dolo da Patrocinada ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pelo CAU/MG, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

14.15. Vencido o prazo legal e não tendo sido prestadas as contas devidas, o administrador público notificará a organização em até 05 (cinco) dias úteis para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.

a) O prazo para manifestação da organização é prorrogável por igual período, desde que requerida por intermédio de pedido formal e fundamentado.

b) Se não prestadas as contas ou se não aprovadas, o Gestor determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos relativos ao patrocínio e também concernentes a outras parcerias vinculadas e comunicará ao Presidente do CAU/MG.

c) Terá efeitos de não apresentada a prestação de contas:

i. Com documentação incompleta;

ii. Com documentos inidôneos para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos;

iii. Quando não executada a contrapartida, quando esta for devida; e

iv. De que se constate fraude na execução do patrocínio ou apoio institucional.

XV. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei n.º 13.019/14, do Edital, e da legislação específica, o CAU/MG, garantida a defesa prévia no prazo de 10 (dias) contado da abertura de vista do processo administrativo, poderá aplicar à Patrocinada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária; e

c) Declaração de inidoneidade.

15.2. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela Patrocinada no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

15.3. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública federal.

15.4. A sanção de suspensão temporária impede a Patrocinada de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública federal por prazo não superior a dois anos.

15.5. A sanção de declaração de inidoneidade impede a Patrocinada de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Patrocinada ressarcir o CAU/MG pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

15.6. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Presidente do CAU/MG.

15.7. Da decisão administrativa que aplicar as sanções caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão, direcionado ao Plenário do CAU/MG.

XVI. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CAU/MG.

XVII. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. O foro competente para dirimir, após prévia tentativa de solução administrativa, quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2022.

_____	_____
CAU/MG	Responsável Legal
Arq. e Urb. Maria Edwirges Sobreira Leal	**PATROCINADA**
Presidente do CAU/MG	(Cargo ou Função)

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF:

ANEXO N. º V

CHECK LIST

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO N.º 002/2021

Obs.: Este formulário é apenas uma referência, sendo que as proponentes deverão observar o detalhamento das informações diretamente no Edital.

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

DOCUMENTOS VIGENTES DE HABILITAÇÃO - ARQUIVO N.º 01:

( ) Ato constitutivo, contrato social ou estatuto social com as alterações, se houver, devidamente registrados nos órgãos competentes, contendo atividade compatível com o objeto do patrocínio solicitado e/ou objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

( ) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

( ) Cópia de documento que comprove o endereço declarado pela proponente, como conta de energia, água, contrato de locação ou outros congêneres;

( ) Ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a pessoa jurídica, se for o caso;

( ) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

( ) Carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos representantes legais da pessoa jurídica;

( ) Declaração constante no **ANEXO II - DECLARAÇÃO** do presente Edital de Chamamento Público para Patrocínio, assinada pelo representante legal da Pessoa Jurídica, contendo, inclusive, declaração de que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

( ) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) dos(das) arquitetos(as) e urbanistas integrantes do projeto;

( ) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ) da pessoa jurídica proponente que possuir em seu objeto social atividades privativas de arquitetura e urbanismo ou atividades compartilhadas que tenham arquitetos(as) e urbanistas como responsáveis técnicos; e

PROVAS DE REGULARIDADE FISCAL - ARQUIVO N.º 01:

( ) Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

( ) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

( ) Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

( ) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

( ) formulário para solicitar patrocínio (**ANEXO I - PROPOSTA**) – **ARQUIVO N.º 02**.

( ) formulário para solicitar patrocínio (**ANEXO III – PLANO DE TRABALHO**) – **ARQUIVO N.º 02**.

( ) data limite para o envio eletrônico, no e-mail patrocinio@caumg.gov.br, até **XX de XXXX de 2022**, às **23:59**.

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO (CAPÍTULO XIII DO EDITAL)

DOCUMENTOS VIGENTES DE HABILITAÇÃO - ARQUIVO N.º 01:

( ) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

( ) Declaração constante no **ANEXO II - DECLARAÇÃO** do presente Edital de Chamamento Público para Patrocínio, assinada pelo representante legal da proponente, contendo, inclusive, declaração de que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

( ) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) dos(das) arquitetos(as) e urbanistas integrantes do projeto; e

( ) Carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos representantes legais da proponente.

PROVAS DE REGULARIDADE FISCAL - ARQUIVO N.º 01:

( ) Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

( ) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

( ) Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

( ) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

( ) formulário para solicitar patrocínio (**ANEXO I - PROPOSTA**) - **ARQUIVO N.º 02**.

( ) formulário para solicitar patrocínio (**ANEXO III – PLANO DE TRABALHO**) - **ARQUIVO N.º 02**.

( ) data limite para o envio eletrônico, no e-mail patrocinio@caumg.gov.br, até **XX de XXXX de 2022**, às **23:59**.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) (CAPÍTULO XIII DO EDITAL)

DOCUMENTOS VIGENTES DE HABILITAÇÃO - ARQUIVO N.º 01:

( ) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido no sítio eletrônico oficial do Portal do Empreendedor;

( ) Cópia de documento que comprove o endereço declarado pela proponente, como conta de energia, água, contrato de locação ou outros congêneres;

( ) Carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do microempreendedor individual;

( ) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) no CAU dos(das) arquitetos(as) e urbanistas integrantes da proposta de aplicativo; e

( ) e) Declaração constante no **ANEXO II** do presente Edital de Chamamento Público para Patrocínio, assinada pelo representante legal da proponente, contendo, inclusive, declaração de que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

PROVAS DE REGULARIDADE FISCAL - ARQUIVO N.º 01:

( ) Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

( ) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

( ) Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;

( ) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas, expedida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

( ) formulário para solicitar patrocínio (**ANEXO I - PROPOSTA**) - **ARQUIVO N.º 02**.

( ) formulário para solicitar patrocínio (**ANEXO III – PLANO DE TRABALHO**) - **ARQUIVO N.º 02**.

( ) data limite para o envio eletrônico, no e-mail patrocinio@caumg.gov.br, até **XX de XXXX de 2022**, às **23:59**.